



## QUESTÃO 1

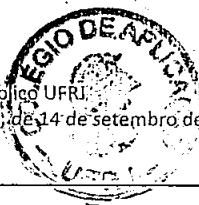
Apresente um planejamento adequado <sup>segundo os</sup> do ENSINO FUNDAMENTAL II, para três aulas duplas, articulando todos os aspectos arrolados no ponto 4.

Segundo os professores do CAP/FRT ~~estava~~ Maria Coelho e Andréa Uzeda e da ex-professora desta instituição Ana Clélia Dias, o segundo segmento do Ensino Fundamental desta escola é voltado para a formação do leitor literário; em geral abrangendo a leitura de contos, gráficos, mas sobretudo de narrativas policiais e de aventura, <sup>contos de fadas</sup> pretendendo chegar às narrativas fantásticas, esta última mais comum ao cunho do novo ano. Segundo elas, "é necessário potencializar a dimensão do leitor literário e de autor das práticas pedagógicas que serão realizadas".

Além disso, <sup>é necessário escapar</sup> ~~a realidade escolar~~, que costuma conceber a formação como transmissão de conteúdos, num ciclo que privilegia a meta-linguagem e a memorização de conteúdos meramente para responder a instrumentos de avaliação. Com isso, podemos recorrer ao conceito, na ordem de práxis, de dialógica cunha da por Paulo Freire que compreende a mutualidade da construção de conhecimentos de maneira não hierárquica entre professor e aluno. Daí seje, o ente, dizer-se sujeito ativo da sua própria construção de conhecimento, identidade, cidadania.

Outro fator relevante ~~é~~ a ser levado em consideração para a construção de uma aula dialógica, de construção ativa das relações de todos os sujeitos envolvidos no ato pedagógico, respeitando os saberes e experiências dos educandos em que o professor se constitui como mediador especializado, é a PCN de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental. Segundo o referido PCN: "as atividades curriculares de Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escrita de textos orais e de leitura... e produções de textos escritos, que devem permitir, entre outros, a análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva".

Somado a isso, é preciso atentar para os objetivos gerais do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, como utilizar a linguagem na escrita e produção de textos orais e escritos de maneira a atender as múltiplas demandas sociais; utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade; analisar criticamente os diferentes discursos; reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social; conhecer e valorizar as diferentes variedades da língua, procurando combater o preconceito linguístico; usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise linguística para expandir sua capacidade de monitoração das possibi-



lidades de uso da língua, ampliando a capacidade de análise crítica. Com isso, o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa envolve o aluno como sujeito da ação de produzir os conhecimentos com os quais opera suas práticas de linguagem e a mediações especializadas professor.

Com base nestes princípios, passamos agora a sugerir um plano adequado aos oitavo anos do Ensino Fundamental II, para três aulas duplas.

Para a primeira aula dupla, serão relacionados contos literários de grandes autores brasileiros sobre uma mesma lenda folclórica nacional: a festa no céu. Um dos textos se trata de um fragmento da "A Volta do marido prodigo", de Hélio Guimarães Rosa, e outro é de Clarice Lispector, intitulado mesmo "A festa no céu", presente no seu livro "Doze lendas brasileiras". A versão de Guimarães Rosa se trata de um texto escrito que imita a oralidade, já a de Clarice Lispector tem feições próprias de um texto escrito. O primeiro texto deve ser lido pelo professor para a turma, com correspondentes perguntas sobre o sujeito da história, sua característica. O segundo texto deverá ser lido pelos estudantes, de forma independente ou coletiva, com cada um lendo um parágrafo, com as mesmas perguntas subsequentes sobre o texto anterior.

Assim, é possível comparar as duas versões da mesma história de forma dialógica, com o fim de proporcionar uma interpretação própria, autônoma, democrática e crítica. A partir daí, é interessante dividir a turma em grupos de três a cinco estudantes, com professor José Carlos Sibâmo, para que cada grupo faça suas próprias interpretações e discutas sobre o texto para os demais grupos. No final da aula, é interessante solicitar que cada estudante responda o final da história, com fins de assimilação, mas sobretudo de estimular a criatividade e a competência discursiva.

A segunda aula dupla visa profundizar níveis interpretativo e de reflexão crítica sobre o texto e da competência discursiva, baseado em aspectos gramaticais relevantes, não numa metalinguagem pura, mas como instrumento de interpretações do texto e do mundo, na demonstração da reexperienciabilidade. Rosmarie Noronha enfatiza que os leitores letrados podem colaborar para a leitura de textos literários e a importância de relacionar estes processos, presentes em qualquer texto, ao ensino de leitura de Língua Portuguesa.

Para tal, selecionamos duas versões distintas de "a Ficarre e as formigas" de Exopo e de Monteiro Lobato. Em Ficarre, os referentes, tanto da caixa quanto das formigas, são significativas para a construção de sentido da história. Elas sugerem que a atitude da cigarra está errada e a das formigas está correta. A partir da leitura em sala de aula,



tal qual na primeira aula, se fará a interpretação dos dois textos de forma colativa a partir dos comentários de seus referentes comparando aos da história de Montebello Bobato que herria, parodia, a de Esopo. Mas, os referentes de Bobato, os referentes criam simpatia para com a cigarra e a antipatia em Helacás a segunda formiga, chamada de má, isto que não abriga a cigarra, representante dos artistas, a deixar morrer, sim ligando esse sentido de precariedade e falta de reconhecimento do trabalho artístico.

Após elencar os referentes que dizem respeito aos dois textos, os alunos devem alterá-los para mudar o seu sentido, assim com os frases em relação à história de Esopo, chegando até a heriar totalmente a história. O mesmo pode ser feito em relação ao conto de fadas em que os referentes geralmente são utilizados para gerar a sensação de mágica e assim a de mistério.

Por fim, na terceira aula, os estudantes devem se reuniir para cantar sua própria história, utilizando as herrias e processos estabelecidos nas duas primeiras aulas, com o fim de fortalecer a identidade pessoal e comunitária e de estimulo à criatividade. Para isso, se sugere que os estudantes cantem em grupo com os membros mais antigos de sua família, como os avós, ou de sua comunidade, de modo a plenamente encantar sua atuação oral na entrevista. Depois será feito o processo inverso, necessitando a entrevistadora para a forma engraçada de cunha. Após a transposição do texto oral para o escrito, esta será solicitado a cada estudante que retextualize o seu texto para outro domínio, como a rap, o teatro, a poesia, o quadrinho, entre tantos outros, de acordo com as habilidades encontradas e demandas de cada estudante, num trabalho como o concebido por Marcuchi.



## QUESTÃO 2

Disserte teoricamente a respeito dos temas "Curriculo e diversidade cultural", articulando as funções da escola na contemporaneidade:

A atividade básica de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa é o Texto em suas modalidades oral e escrita e nos mais diversos gêneros textuais como preconiza o PCN e menciona Wernack. Segundo ela, "os PCNs apresentam propostas que valorizam as variedades e pluralidades de uso, em diversos contextos mais escritos" num princípio de uso que leva à reflexão, voltando a desembocar no uso. Ela ressalta que a análise e propostas de redação devem levar em consideração as características intrínsecas aos gêneros textuais em questão e "melhorar a concepção dos alunos a respeito da própria língua e diminuir o preconceito linguístico com ativações simples que privilegiam o uso, a reflexão, no lugar de apenas dividir e classificar tradições".

Tratando especificamente do currículo, ele tem que estar em consonância com o projeto pedagógico da escola; que, por sua vez, tem que dialogar com um projeto nacional e também com as redes que orientam o currículo, seja no plano municipal ou estadual. A construção do currículo da escola deve ser autônomo e tem que passar por uma visão de currículo que estabeleça as mesmas diretrizes dentro projeto. Neste sentido que é pertinente a crítica à criação de uma Base Curricular Nacional, pois ela se constitui como uma espécie de lista de conteúdos, sendo que num país continental como o Brasil não se pode ignorar as diferenças regionais, o que obriga a inserção de novos conteúdos e práticas pedagógicas de acordo com as demandas locais. Por isso, não é interessante a unificação do ensino com a previsão apenas baseada nos resultados finais e com o fim de construir resultados parciais e não no processo.

As avaliações amplas e externas, como o SAERT, SAERTimbo, a Perna Branca, o ENEM e, indiretamente o IDEB, promovem a autonomia diante de um trabalho autoritário, pois os professores se vêm pressionados a preparar os estudantes para estas avaliações, que muitas vezes, regulam a quantidade de tempo destinado a cada instituição de ensino, pressionando os docentes na definição dos resultados finais e não no processo pedagógico, que impõe a avaliação como processo o final só como resultado final, o que mostra a importância da autonomia escolar, curricular, dentro o didática.

Neste sentido, a BCN de Língua Portuguesa para o Ensino Médio pressiona o desenvolvimento organizado do currículo, sugerindo a organização por disciplinas e temas. Como ressalta o PCN, a formação do leitor crítico é uma função de todas as disciplinas, não só,

mas subtílido da Língua Portuguesa. Isto é, tendo ao DCN, percebemos que a produção dos conhecimentos é uma construção coletiva, situada social e historicamente. Os conteúdos mínimos devem ser pensados em termos de desenvolvimento da capacidade de ação de Linguagem da sujeito, cabendo à escola, juntamente com o professor, precisar conteúdos a serem transformados em objeto de ensino-aprendizagem.

Na PCN elenca referências para a sequenciação de conteúdos, tendo como referência para esta sequenciagem as necessidades dos alunos e as suas possibilidades de aprendizagem e também o grau de complexidade do objeto de ensino, a determinação do gênero e das condições de percepção do texto, a reescrita lexical, organizações sintáticas, temática desenvolvida, a referencialidade do texto; a exploração das informações e os recursos figurativos; visando promover a percepção do texto que é base do leitor, chamado no DCN de leitura, pois se torna um leitor desenvolvendo, mais interessado em "o que", texto conta, ao leitor cotidiano, mais interessado em como o texto narra, também interessado em muitas de encenações. Este último é chamado por Wolfgang Iser de leitor estético.

Além do que já foi dito de diversidade cultural articulada às sujeitos da escola, é importante ressaltar que os alunos trazem para a sala de aula suas culturas próprias, pessoais e coletivas, muitas vezes outras, mas também, em geral, na contemporaneidade, multimidiátecas. Como diz Paulo Freire, é importante respeitar os saberes dos alunos, assim como sua cultura própria. Nei aula ele denominaria suas aulas de círculos de cultura. A respeito da cultura oral e escrita que os estudantes trazem de suas famílias e comunidades, um método dialógico de construção de saber, com diálogos claros, ou independentemente, produzindo textual, é possível ampliar suas capacidades de ensinar e aprender, heretando suas diversidades culturais traçadas pelo seu passo a passo de aula. Sobre a cultura multimidiática é possível um trabalho de multiliteracias longo para  
Resposta.

Além disso, num país plural como o Brasil, com a sua formação tipicamente miscigenada, é fundamental atentar para os diversos cultivos fundante de nossa nação, além da autópresa, notadamente a matraca indígena e a afrobranca. Por isso, círculos das histórias reconhecidas naquela anterior é uma lenda indígena matraca, "A tenta mi rô!". Com a cultura indígena é sobre todo oral, trabalhamos suas lendas heredadas por exato, não indígenas. Já em relação à literatura afrobranca já dá leis que recomendam o seu estudo, estimulando a formação de professores capacitados para tal mínimo a publicação de livros de autores afrobrancos, dessa literatura autêntica, no "boom" depois das independências nacionais realizadas na década de setenta do século passado.



### QUESTÃO 3.

Relacione o papel do professor de Língua Portuguesa e Literatura no Colégio de Aplicação na formação dos licenciandos em Letras, articulando ao ponto 4.

As crises políticas e econômicas da década de trinta do século passado geraram uma mudanças na matriz econômica e social brasileira na década de trinta, de uma matriz oligárquica rural a uma mais industrial. Com isso, se tornou necessário investir numa gama maior da população em escolas, antes aliadas delas. ~~Com isso, conseguiu~~ a se tornar interessante o debate sobre a formação de professores e debates pedagógicos gerais, capitaneados sobretudo pela Unissex Escola, que num momento de crise e radicalização contra uma suposta ameaça comunista, foi considerada socialista e perseguida, incluindo o fum da Universidade do Distrito Federal, que foi aninhada pela Universidade do Brasil, atual UFRRJ.

Porém, seu enfoque não ficou em só o já na década de trinta com essa mesma discussão, que manteve a mesma formação durante que foi vinculada à Faculdade de Filosofia e à cadeira de Didática, ocupada pelo professor Motta, um dos encantadores dos colégios de Aplicação e um dos fundadores da CAP UFRRJ, tendo sido seu diretor pelos primeiros vinte anos de sua existência, fundada em 1948.

Neste contexto, os Colégios de Aplicação surgiram com uma dupla função: a de ser uma base rústica e privilegiada da formação de professores unida à pesquisa, uma vez que ligados à universidade, tirando proveito pelo estímulo de prática de ensino aos licenciandos ligados à sua universidade de origem. Embora se constituissem centros de excelência de experimentação pedagógica ativa e autônoma e de formação alternativa, o diálogo desses colégios com os demais, sobretudo o real, municipal, estadual e privados, é minúsculo não mencionando esta qualidade por todo o sistema de ensino, aberto ao público.

Segundo Maria Gellho, Andressa Ibezeta e Ana Lélia Dias é merecível a participação dos licenciandos da CAP UFRRJ em ações de construção coletiva que visam à mudança do quadro de desigualdade, no ensino público atual, rompendo nela uma atitude de sujeitidade da condição de professor. Desse modo, o professor em formação deve assumir-se enquanto agente da transformação social alinhando-a com discursos ideológico, não como resalta Paulo Freire, não há discurso neutro e o prefato de uma suposta neutralidade leva a um ensino bancário de acordo com a ideologia dominante e contra as demandas sociais da maioria da população.



Desse ponto de vista, é fundamental a liberdade cultural, de construirmos os nossos próprios significados cotidianamente em nossas aulas. Dizendo em consideração a diversidade cultural de nosso país e, também, pelos estudantes para a sala de aula. Portanto, devemos questionar a centralidade do livro didático e materiais apostilados, cujo projeto curricular, por sinal, é pensado por terceiros, refletindo muitas vezes a autoria doméstica. Esta pressão é exercida com força sobre as docentes orientadoras e em formações dentro à exploração mercadológica movimentada por programas governamentais de livros didáticos, com reformas financeiras imensuráveis para as editoras.

Dessa forma, Andréa Ujeda e Maria Coelho contam uma experiência bem sucedida de elaboração de material didático elaborado pelo professor orientador a ser aplicado na turma e compartilhado com os estagiários de Letras. Eles participaram do debate, com o professor recente sobre a elaboração do material, onde chegaram ao ponto de elaborarem o seu próprio material, formando um banco de materiais didáticos que os alunos pudessem acessar caso sentissem a necessidade de material escolar para profundizar e assimilar conhecimentos de modo ativo, pelo seu próprio esforço e trabalho.

Esta experiência baseia em considerações a escola entendida como lugar de leitura e partilha do saber, capaz de acionar a dimensão da literatura como instrumento de formação da leitora literária. Com isso, o discente deve estimular-se a entender, na prática, a importância da leitura oral como o lugar da professora que lê para seus alunos, despertando a dimensão leitora como caminho à curiosidade e conhecimento, criando pontes entre o estudante e o texto, recondicionando o direito à literatura como forma de humanização, de conhecimento e de cidadania defendida por Antônio Candido. A literatura contribui para um saber sobre si a partir do outro. Para isso é necessário criar um discurso a identidade de professor leitor.

Outra experiência relatada por Maria Coelho e Andréa Ujeda foi a de licenciandos de Letras que ingressaram no estágio na CAPUFRJ e creditando assim seu perfil meramente de língua portuguesa sem vocações para o ensino de literatura. Ampliando o leque de leitura, abrindo a leitura do texto literário ou não e a interpretação textual, apoiada em teoria gramatical para analisar, progressivamente, a interpretação literária, extrair o ideópole e recorrer ao mundo extenso de cada texto, além de apostar no estudo de autores de literatura, com autores como Regina Zilberman, Marília Freitas, Chiapini, Campanha e Tavares, as broncas, os filhos da estação proletária realizaram suas ruas a partir da leitura do texto literário, se formando no mesmo tempo professor de língua, literatura, mas muito mais do que os escritos

O partindo dessas noções e experiências de estágio durante supervisionado, podemos concluir que a seleção de textos não é neutra, assim como a docência não é. Ela implica uma tomada de posição e atitude política diante do currículo e do mundo. Os conhecimentos não se fazem pela simples transmissão e吸收imento de saberes, mas pela experiência subjetiva do ensinante e aprendente. Tanto aprende quem ensina, quanto ensina quem aprende, num processo de desdiferenciamento em que todos são sujeitos de conhecimento em construção no ambiente escolar, como deveria ser também fora dele.